

Quando se cruzam fronteiras diaspóricas e identidades distópicas

*Matthew Gutmann*¹

Brown University, EUA

RESUMO: Para dezenas de milhares de latino-americanos – homens e mulheres, mestiços e *indígenas*, jovens e não tão jovens assim –, atravessar a fronteira internacional de ingresso nos Estados Unidos ainda equivale, em pleno século XXI, a invadir, individualmente ou em pequenos grupos, um território estrangeiro. A fronteira é extensa, e há milhões de *compatriotas* e *familiares* esperando “do outro lado”. Para alguns, a fronteira é simplesmente uma linha imaginária que delimita dois países; mas, para a maioria dos que tentam cruzar a delimitação, “a fronteira” é perigosa – de fato, tão perigosa quanto seria, segundo uma certa visão, culturalmente transgressiva.

PALAVRAS-CHAVE: fronteira Estados Unidos-México, diásporas, identidades de classe e etnicidade, culturas transfronteiriças.

Não faz muitos anos, trabalhei como garçom de um restaurante instalado no interior do Galleria, refinado *shopping center* da cidade de Houston, no Texas, Estados Unidos. Entre os garçons, eram comuns as queixas contra clientes mexicanos que aportavam sexta-feira à noite e que, ao longo do fim de semana, vinham comer algo, comparar o que tivessem comprado na Saks Fifth Avenue, na Lord and Taylor, na Neiman Marcus e... deixar-nos 5% de gorjeta. Eram os houstonianos de fim de semana, mexicanos que, provenientes de Monterrey, Guadalaja-

ra ou mesmo Cidade do México, aterrissavam sexta à tarde nos aeroportos Hobby ou Intercontinental para escapadas de dois dias, em busca de um pouco de descanso e *relax*. Grã-finos e globalizados integrantes do *jet-set*, para eles, claramente, o mundo estava ao alcance de uma mera passada de cartão de crédito – um mundo virtualmente sem fronteiras.²

Enquanto isso, na cozinha do mesmo restaurante, assim como nas cozinhas, fabriquetas, dependências de serviço e quintais das residências de Houston, mexicanos de uma outra condição “trabalhavam como *burros*” (às vezes, diziam também “*como negros*”), preparando alimentos, esfregando vasos sanitários e podando as cercas vivas dos mais prósperos dentre seus compatriotas transnacionais.

Felipe, o preparador de saladas do restaurante, nunca se cansava de contar para os demais sobre a quantidade de tomates que tragara em sua primeira noite de travessia subreptícia da fronteira. Enfiado debaixo de uma tonelada do produto para não ser percebido pela Patrulha de Fronteira, chegara a Brownsville, no Vale do Rio Grande, parecendo uma caixa de molho de tomate arrebitada, conforme o acréscimo que eventualmente fazia. A primeira vez é a pior, riam-se os outros. Havia também o chefe dos ajudantes de garçom, Heleodoro, que, após a aprovação da IRCA – a chamada lei de “anistia” Simpson-Rodino, de 1986 –, acabou por revelar o segredo que guardara durante muitos anos: ainda que tivesse trabalhado não só como ajudante de garçom, mas também como motorista de uma endinheirada do bairro de River Oaks, seu grau de letramento era tão baixo que mal-e-mal podia reconhecer a escritura do próprio nome. Desse modo, entre outras coisas, Heleodoro nunca havia dado conta de voltar a Guerrero, sua localidade natal na costa mexicana do Pacífico – tinha medo não só de reingressar nos Estados Unidos quando terminasse a viagem, mas também de, simplesmente, perder-se no caminho. Já para orientar-se por entre as ruas e avenidas de Houston, ele havia conseguido memorizar, de algum modo, outros signos visuais.

Quanto aos demais, os mexicanos e mexicanas que, com elegância e discreta ironia, atendiam no restaurante do Galleria de Houston às necessidades e caprichos de turistas vindos do México, da Europa ou mesmo da Louisiana, cada um deles tinha para contar histórias próprias ou de familiares envolvendo deportações, períodos passados nas gaiolas da *migra* no sul do Texas e travessias, repetidas e atrevidas, para a Gringolândia. Ali estavam integrantes das *comunidades espacialmente descontínuas* de que fala Guillermo de la Peña (1999, p. 19), para quem a migração para os Estados Unidos é tão inevitável quanto arriscada.³

Um motivo de a travessia da fronteira ter-se tornado cada vez mais arriscada nos anos noventa é que, apesar da retórica sobre processos globalizantes e transnacionais que parecem expandir-se de modo contínuo e descontrolado, a fronteira recebeu uma atenção militar ainda maior dos órgãos estado-unidenses responsáveis por vigiar os limites meridionais e por zelar pelo cumprimento das leis de migração naquela região. Nas palavras de um estudioso do assunto:

Ao mesmo tempo em que o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) promove uma desterritorialização da economia, as iniciativas estado-unidenses de controle da fronteira reforçam a autoridade territorial do Estado. De fato, os formuladores de políticas estão construindo simultaneamente uma fronteira entrincheirada e uma economia sem fronteiras. A fronteira entre os EUA e o México tem, portanto, a peculiaridade de ser tanto a divisa internacional mais freqüentada do mundo como uma das mais intensamente fortificadas. (Andreas, 1999, p. 14)

Fazendo referência à globalização e à cidadania global em termos amplos, Timothy Mitchell (1998, p. 417, 421) já advertiu que “globalização crescente não é a única direção na qual se pode mover a história... Nem toda a história recente foi um processo de crescente inte-

gração.” Ao pensar, em particular, nos migrantes transnacionais mexicanos, devemos levar em conta não só o surgimento de híbridos e a mestiçagem global. Devemos entender, também, que os mexicanos figuram entre os grupos de alto risco para doenças como a tuberculose – enfermidades contraídas não no México, nem simplesmente porque tais imigrantes são pobres, mas, mais especificamente, porque se trata de imigrantes pobres vivendo numa sociedade racista, nas condições de severa hiperaglomeração das comunidades do *Northside* e do *East End* de Houston. Devemos recordar as centenas de mexicanos – dentre os que estão oficialmente registrados – que morrem a cada ano cruzando algum ponto dos 3.200 quilômetros de fronteira entre EUA e México. Um estudo da Universidade de Houston divulgado em 2001 assinala: “Para transeuntes estrangeiros, identificamos, em 55 condados fronteiriços, ao longo de um período de 14 anos [de 1985 a 1998], 3676 atestados de óbito por acidentes ou lesões.” (Eschbach, Hagan & Rodriguez, 2001, p. 8).⁴ O relatório fornece detalhes sobre mortes de migrantes mexicanos causadas por trens, acidentes com veículos a motor, afogamentos, hipotermia, desidratação e homicídios.

Invasões mexicanas

De fato, para dezenas de milhares de mexicanas e mexicanos – mestiços e indígenas, jovens e não tão jovens –, atravessar a fronteira internacional rumo aos Estados Unidos ainda equivale, em pleno século XXI, a invadir, individualmente ou em pequenos grupos, um território estrangeiro. A fronteira é extensa, e há milhões de patrícios, *oriundos*, *compatriotas*, *compañeros* e *familiares* esperando “do outro lado”. Porém, para os milhares de mexicanos que diariamente tentam cruzar a divisa entre o México e os Estados Unidos, “a fronteira” é precisamente tão real quan-

to pode parecer arbitrária a alguns; atravessá-la é exatamente tão perigoso quanto seria culturalmente transgressivo na visão de alguns.⁵

Ao mesmo tempo, embora eu seja um crítico das noções simplórias de hibridez, evocatórias de imagens excessivamente românticas de cadinho de raças e assemelhadas, é importante reconhecer, no espírito de 1848 e da descrição de Marx a respeito dos coveiros do capitalismo, que um mesmo processo de migração e conflito étnico, de racismo e exploração econômica, capaz de ameaçar as vidas daqueles que se aventuram a atravessar a fronteira de maneira ilegal, também semeia alianças de natureza transfronteiriça e transclassista entre aqueles para quem *El Norte* é tanto um meio para atingir um fim como uma meta em si.

Nos primeiros anos do século XX, Manuel Gamio, o grande pioneiro da antropologia dos migrantes mexicanos e de seus deslocamentos “*al norte*”, chamou nossa atenção para a relação do mexicano com o que denominou “o *metalismo* ianque”:

Ironicamente, chamamos os EUA de o país do dólar. Com isso, referimo-nos não à proverbial riqueza dessa república, mas ao modo de ser de seus habitantes. Injustamente, consideramos que os propósitos de vida deles dão pouco espaço à espiritualidade. Seriam propósitos utilitários, materialistas, “metalizados”, a excluir quaisquer motivações altruístas. (Gamio, 1916 [1982], p. 149)

Ao analisar como, quando, onde e para quem as fronteiras têm importância, os trabalhos sobre imigração mexicana e fronteira EUA-México, sobre transnacionalismo, globalização e fluxos diaspóricos que atravessam fronteiras internacionais, vêem-se cada vez mais obrigados a distinguir com cuidado questões de classe, raça, etnicidade, gênero e mesmo de idade. Aqui, visando a uma melhor compreensão da emigração mexicana para os Estados Unidos e de algumas de suas implicações

para a contemporânea política popular no Grande México⁶ em geral, coloco em discussão aspectos de apenas duas variáveis envolvidas nas travessias da fronteira: classe social e região de origem.

Antes de prosseguir, talvez valha a pena, também, voltar a frisar um ponto bastante simples: não é preciso considerar em que medida a globalização teve êxito em aproximar os membros de uma humanidade migrante; para a maioria dos mexicanos que buscam ingressar nos Estados Unidos, a Patrulha de Fronteira está não apenas bem viva, protegendo a Gringolândia das hordas de domésticas e cozinheiros de comida rápida, mas também cresce em pessoal e orçamento num ritmo sem precedente – de 1993 a 1999, o número de agentes seus distribuídos ao longo da fronteira com o México duplicou (Andreas, 1999; sobre a militarização da fronteira, ver também Dunn, 1996 e Heyman, 1995). Por mais que o Estado, assim como o Estado-nação, esteja passando por intensas mudanças e/ou sendo analisado de novas formas neste novo milênio, o fato nu e cru é que, no capitalismo tardio, está ocorrendo tudo o que se queira com ele e com a Patrulha de Fronteira, menos um processo de definhamento.

Há alguns anos, num domingo cedinho na Cidade do México, estava eu a caminho de uma partida de futebol do River Plate, time do meu bairro, quando fui convidado para uma cerveja por alguns dos jogadores. Competindo com o som em altíssimo volume da perua que nos transportava, gritei que, como retribuição, convidaria todos eles a visitar-me nos Estados Unidos. Alguém perguntou, num grito de volta, quanto custaria o vôo. Uns U\$ 300 para Houston e talvez uns U\$ 500 para San Francisco, disse eu. O rapaz que compartilhava o assento comigo sacudiu a cabeça em sinal de contrariedade e assinalou com desgosto que, sendo assim, ir de avião era não apenas mais rápido do que lançar-se secretamente à travessia pelas mãos de um *coyote*; também era mais barato. A disparidade entre ar e terra, entre legalidade e ilegalidade po-

deria ser chamada por alguns comentaristas de ironia perversa, mas para meus amigos, a quem um bilhete aéreo para os Estados Unidos não costumava ser uma opção real, parecia, quase sempre, meramente vil.

Para os que voam *con papeles* (com documentos) – aqueles para quem limites internacionais talvez sejam sobretudo um aborrecimento momentâneo –, a fronteira pode efetivamente quase não existir. Para os que arriscam tudo a fim de cruzar tais limites, a autoridade do Estado-nação não perdeu nada de sua importância no alvorecer do século XXI. O caráter contraditório das políticas migratórias estado-unidenses voltadas aos mexicanos não pode garantir a quem não tem documentos que a globalização e o transnacionalismo impliquem qualquer tipo de mudança significativa quanto ao risco de atravessar a fronteira (ver Kearney, 1995 e Ong, 1999). Como diz Joe Heyman (2001), a respeito das questões de classe envolvidas nas experiências migratórias mexicanas:

Os funcionários do INS [Serviço Nacional de Imigração, na sigla em inglês] avaliam que ingressantes tais como os que atravessam a fronteira na condição de visitantes não-imigrantes, se aparentam pobreza, têm intenções potencialmente fraudulentas, estando em busca de trabalho ilegal, e, se aparentam prosperidade, têm intenções legítimas. Soube notar um supervisor do INS, em moderada crítica a sua própria instituição: “para um inspetor, você é o que veste, pelo menos até que ele disponha de mais informação.” (Heyman, 2001, p. 132)

A militarização da fronteira, exacerbada em certas zonas pela presença de milícias de perseguição a imigrantes, foi-se produzindo em simultaneidade ao continuado e quase oficial padrão de cumplicidade do INS com empresas que contratam quem consegue passar pela Patrulha de Fronteira. Nesse sentido, conforme já apontado por muitos, a política migratória e fronteiriça dos EUA é, na realidade, uma forma disfarçada

de política laboral – uma maneira de controlar e disciplinar o fluxo de mão-de-obra barata. Embora a compreensão desse padrão de cumplicidade militarizada faça, em geral, pouca diferença prática para mexicanos e mexicanas, o reconhecimento de um tal papel regulador da Patrulha de Fronteira pelo menos ajuda a deixar claro que a política imigratória dos EUA não é simplesmente um empreendimento administrado de modo linear, de cima para baixo, mas se vê, antes, repleto de fins e meios contraditórios.

Fronteiras geopolíticas e culturais

Os estudos sobre fronteira conduzidos mundo afora oferecem como uma de suas lições fundamentais a objeção à tendência conceitual a naturalizar os Estados-nação. Andreas Wimmer e Nina Glick-Schiller (2003) vieram, mesmo assim, propor um conceito para caracterizar semelhantes esquemas teóricos: o de nacionalismo metodológico. Aqui, o conceito é relevante por apontar para a necessidade de buscarmos novas vias de entendimento acerca de processos migratórios e fronteiriços no contexto do capitalismo tardio. Se mexicanos que atravessam a fronteira com os Estados Unidos são exemplos vivos do que escreveu a antropóloga Lourdes Arizpe (1985, p. 12): “Nós, humanos, somos a espécie mais errante na face da Terra”, é certo, também, que os errantes transformam as regiões em que figuram como os mais recentemente chegados.

Num certo sentido, nossas maiores dificuldades interpretativas e conceituais giram em torno a esse último ponto, porquanto aquilo que os cruza-fronteiras provocam nas províncias culturais é, a uma só vez, mais profundo e mais amorfo do que a mera extralegalidade de adentrar um país estrangeiro sem a documentação apropriada.

Da exploração das evidentes distinções de classe no interior de um conjunto de mexicanos que, por uma série de motivos, encontravam-se em Houston, Texas, quando eu trabalhava por lá, quero passar agora a uma ilustração mais completa da questão dos desafios culturais que imigrantes latinos apresentam para os Estados Unidos. Examinarei, especificamente, o caso de uma clínica de repouso na Califórnia. Ali, quando pacientes latinos e equipe de saúde punham-se a traçar as origens de quadros de dependência química e a planejar tratamentos que se adequassem a cada caso, vinham à luz preconceções e preconceitos, alguns dos quais “autodirigidos”. Assim como no caso dos mexicanos que trabalhavam no restaurante do Texas, também entre os dependentes químicos do norte da Califórnia podemos ver abundantes mostras de tensões geradas pela travessia de fronteiras diaspóricas e por identidades distópicas transformadas.

Etnicidade, álcool e aculturação

Algum tempo atrás, realizei um estudo etnográfico numa clínica de reabilitação em Oakland, Califórnia, cujos pacientes eram dependentes de álcool e de substâncias outras, ilegais. Durante uma sessão na clínica, Jimmy, um operário branco ao redor dos cinqüenta anos, contou que tinha estado envolvido com drogas desde quando chegara a San Francisco, nos anos 1960. Havia começado com LSD, depois passado a outras drogas e, mais recentemente, à cocaína. Para falar com franqueza, admitiu Jimmy perante o grupo, tinham sido quase trinta anos de uma vida de dependência de drogas.

Seu comentário mais revelador, contudo, surgiu da tentativa de explicar aos demais a origem de sua ânsia pelo álcool e por outras drogas. Disse, simplesmente: “Tenho ascendência alemã, de modo que adoro

beber”. Sua origem etnonacional e sua ancestralidade eram, acreditava ele, a causa primeira de seus problemas de dependência.

Essa percepção de Jimmy não tem nada de isolada, o que ficou claro com o seguinte orador daquela noite de março de 1997. Dennis, também operário, mas um tanto mais novo – seria recém-ingressado nos 30 –, contou ao grupo sobre sua dependência de metanfetaminas, sobre a ação judicial que a própria mãe movera contra ele, impedindo-o de visitá-la e de ir à casa dela, e sobre o misto de admiração e inveja com que recebera a recente graduação do irmão na Universidade da Califórnia, campus de Santa Cruz. Na esteira do comentário de Jimmy, Dennis prosseguiu: “Bom, tenho igualmente uma parte de alemão; e meu lado alemão também gosta de beber”. Depois de uma pausa, acrescentou: “Mas o outro lado, que é indiano e filipino, não suporta”.

Noutras palavras, o problema de dependência, tal como entendido por Dennis, estava relacionado com uma propensão ao consumo de álcool e outras drogas e com uma intolerância a tal consumo que seriam, ambas, ancestralmente determinadas; a tal ponto que, no interior de seu próprio corpo, havia uma disputa de comando em andamento – disputa cujas raízes “genéticas” eram multinacionais, ainda que travada num âmbito tão mais restrito.

Teorias que apontam origens étnicas e nacionais para o alcoolismo são importantes não apenas para pesquisadores, mas, como se vê, para muitos dos próprios dependentes químicos e alcoólatras. As implicações de uma correlação forte entre geopolítica e os desejos mais profundamente instalados no corpo dos alcoólatras conferem um novo e ampliado significado à representação de Emily Martin (1994, p. 263) quanto ao “corpo como Estado-nação”. Aqui, o alcoolismo assume dimensões somáticas globalizadas.

Numa era de renovada atenção a questões de etnicidade, raça e multiculturalismo na academia e, mais amplamente, na sociedade estado-

unidense – e de renovada identificação com elas –, convém perguntar pelo impacto que as ciências sociais e comportamentais podem estar tendo sobre o estabelecimento de associações entre certos temas de interesse da área da saúde, como o abuso do álcool e o alcoolismo, e origens etnonacionais. Ainda que sem intenção, muitos acadêmicos, em seus esforços de praticar e estimular uma maior sensibilidade no que se refere às diferenças étnicas e raciais, podem estar praticando e estimulando desavisadamente o que, na verdade, seriam revigorados estereótipos do modelo dos “traços do caráter nacional”. Na Europa e nos Estados Unidos, escreve Stolcke (1995, p. 8), vivemos uma era de “fundamentalismo cultural”, em que “ter uma nacionalidade [uma ‘cultura nacional’] faz parte da natureza das coisas”. Do mesmo modo, esta é uma era na qual se faz rotineira a associação entre todo tipo de idéias e condutas (como padrões de consumo de álcool, por exemplo) e noções sobre traços de cultura nacional.

O nacionalismo metodológico consiste numa orientação intelectual que dá por assentado que o foco natural das pesquisas sejam as fronteiras nacionais, ademais de assumir que sociedade equivale a Estado-nação e de presumir que os interesses nacionais são idênticos aos interesses das ciências sociais. Assim, os esquemas teóricos e metodológicos baseados, ainda quando inconscientemente, nessa orientação precisam ser rejeitados com firmeza pelos estudos acerca de fronteiras diaspóricas e identidades distópicas.

O registro institucional e governamental de etnicidades

No modo como os dependentes químicos constroem seu entendimento sobre a relação entre identidades etnoraciais e etnonacionais, por um lado, e sua dependência de drogas, por outro, os assessores da clínica

desempenham um papel importante. Uma noite, no grupo hispanófono *Sí se puede*, um integrante do poder judiciário do condado⁷ que também fazia serões como assessor da clínica começou por descrever a si mesmo como peruano. Ele trabalhava naquela noite com uma colega que se dizia colombiana. A dupla de assessores discutia, com três mexicanos, um cubano, um nicaraguense e comigo, estado-unidense hispanoparlante, a questão das “recaídas”. Todos os ali presentes tinham uma identidade nacional que deveria ser trazida à tona, e o assessor peruano conduziu toda a discussão da sessão em termos de “*latinos*”, “o que nós, *latinos*, fazemos”, “como somos os *latinos*”.⁸ Isso acabou por incluir referências diretas a uma suposta memória coletiva, como quando ele comentou com os pacientes: “Todos vocês se lembram como era ter de atravessar a praça com aqueles bêbados sem vergonha [*sin vergüenza*] dormindo nos bancos ou atirados nos canteiros”. Essa “imagem compartilhada” foi empregada tanto para estabelecer um passado comum – pouco importando os reais *backgrounds* culturais e as efetivas recordações daqueles homens – como para fornecer um ponto de comparação por meio do qual os pacientes pudessem irmanar-se no desprezo e na ridicularização daqueles que eram parte de suas vidas pretéritas.

O problema dessa abordagem foi que nenhum dos presentes pareceu identificar-se com a bucólica cena da praça a eles apresentada.

Foi notável a falta de resposta dos pacientes ao supostamente universal tema da “latinidade”. Após a sessão, apanhei o metrô de volta para casa com dois daqueles homens, e eles me disseram não querer de forma alguma conversar com o assessor, o que se devia ao cargo dele no poder judiciário e, conseqüentemente, ao fato de ele não ser alguém a quem se pudesse confiar qualquer informação a respeito do que se pensa, faz, acredita ou planeja. Por outro lado, muito embora os homens que compareciam às sessões de aconselhamento realmente falassem bastante noutras ocasiões, nunca escutei nenhum deles tecer generalizações sobre ser

“latino” ou sobre maneiras “mexicanas” de beber ou de agir em qualquer outro plano da vida. Somente os assessores propunham tais conexões entre etnicidade e consumo de álcool; isto, a despeito do fato de que os que compareciam às sessões da clínica faziam-no, com raras exceções, por se verem obrigados a tal – geralmente, por ordem de alguma autoridade judicial e, menos freqüentemente, por pressão de algum empregador ou sindicato –, estando, portanto, sob certa pressão para “atuar” de determinadas maneiras perante os assessores.

O modo como autoclassificações de raça e etnicidade se dão é algo que pode ser bem observado em questionários que os dependentes químicos devem preencher para o Departamento de Programas de Álcool e Drogas da Agência de Saúde e Bem-estar do Estado da Califórnia. Pelas mais diversas razões, esses formulários oficiais são uma tentativa de levar os dependentes a situar-se num universo de categorias etnoraciais que não foi por eles elaborado. No “registro de participantes” da Base de Dados de Álcool e Drogas da Califórnia (CADDs, na sigla em inglês), a sexta pergunta refere-se a “raça”, e arrola 16 categorias raciais específicas (dentre as quais, *cambojana, chinesa, japonesa, coreana e vietnamita*); a categoria de número 17, “outras raças”, é, claramente, aquela em que se espera que os latinoamericanos se registrem. A questão 7, por sua vez, diz respeito a “eticidade”, e abre espaço, unicamente, para as categorias *não-hispânica, mexicana/méxico-estadunidense*,⁹ *cu-bana, portorriquenha e hispânica/latina-outras*. De acordo com diversos funcionários do governo do estado da Califórnia,¹⁰ essas classificações representam o êxito dos esforços lobísticos de certos grupos privados e a falta de influência de outros.

No fim das contas, as razões exatas do desenvolvimento dessas taxonomias são menos importantes do que suas potenciais conseqüências para pacientes que abusam do álcool e para profissionais que com eles trabalham. As implicações dessas categorizações, especialmente das que

se ligam a padrões de conduta como o abuso de drogas ou o alcoolismo, são consideradas tão importantes pelo Estado que todos os participantes devem registrar seus dados pessoais conforme as categorias preestabelecidas. Desnecessário dizer que os questionários não lhes oferece espaço para observações a respeito de si mesmos que fujam às classificações oficiais.

A cultura como quadro clínico

Uma última nota sobre os eventos na clínica de reabilitação. Alguns meses após meu contato com Jimmy e Dennis, dei uma palestra sobre alcoolismo e etnicidade no Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade da Califórnia, campus de San Francisco. No transcurso das minhas observações, fiz alusão aos dois homens que, conforme acima relatado, haviam relacionado suas receptividade extremada e intolerância ao álcool com as respectivas ascendências “alemã”, “filipina” e “indiana”. Um médico sabido, envolvido com iniciativas de intervenção relativas a HIV e tuberculose entre moradores de rua de San Francisco, pediu a palavra. Para ele, não restava dúvida de que o homem que se lamentara de que, enquanto “seu lado alemão” gostava de ingerir álcool, “o outro lado, indiano e filipino, não suportava” tinha razão.

Empenhado em reparar um descuido de minha parte, o médico da Universidade da Califórnia insistiu: “Há um fundamento biológico para o que dizia ele, por conta do ‘fator de enrubescimento asiático’.” A conclusão era que, por causa do “enrubescimento” – vasodilatação ou ruborização da pele –, que se supõe mais comum entre pessoas de ascendência asiática e ameríndia, pacientes que têm tal origem não podem tolerar o álcool. Noutras palavras: com base na existência de alguma evidência genética a indicar reações específicas ao consumo de álcool por parte de

pessoas de um certo *background* racial, o argumento era que deveríamos ver essas singularidades como diferenças absolutas, precisamente por se basearem em características tidas como genéticas, imunes a fatores causais “brandos”, como a cultura.

Entretanto, os dados científicos sobre o enrubescimento não conduzem à conclusão de que pessoas de ascendência asiática ou ameríndia deveriam abster-se de consumir álcool. Na verdade, é a desmesurada tendência a aceitar tais explicações genéticas que leva à complacência no âmbito de programas de prevenção e intervenção relativos a abuso do álcool, como se a ascendência fosse suficiente para explicar padrões de consumo. Numa clara ilustração da tese de Scheper-Hughes e Lock (1987) a respeito dos corpos social e político, a cultura médica dominante mantém as origens etnacionais dos pacientes congeladas, talvez por pensá-las como geneticamente determinadas.

Diferentemente dessa visão, a aqui desenvolvida procura frisar que culturas e qualidades culturais tais como a etnicidade, se se herdaram do passado, também se recriam. Assim, para imigrantes latino-americanos, atitudes quanto ao consumo de álcool e efetivos hábitos relativos à bebida não refletem, simplesmente, o que eles “deixaram para trás” *versus* o que “encontraram” (e “buscaram”) nos Estados Unidos. Dinâmicas migratórias podem bem levar ao reforço da identidade étnica, e não há dúvida de que, como parte deste processo, o uso e abuso do álcool pode alterar-se de maneiras que não se deixam retratar adequadamente por teorias simplistas da aculturação.

Os cruza-fronteiras mexicanos

Num artigo sobre emigrantes de Oaxaca, Federico Besserer (2000) descreve a construção de uma nova nação mexicana em diáspora, na qual o

papel que vêm tendo as mulheres no desenvolvimento de novas idéias e práticas relativas a democracia e cidadania é particularmente importante. Besserer (2000, p. 379) cita uma mulher abandonada, cujo marido partira para os Estados Unidos: “Tem muita mulher que foi largada. Os homens se vão com as americanas e, muitas vezes, não voltam mais. Esses homens são uns safados.”¹¹

Em meu próprio trabalho de campo entre mexicanos ao norte da Califórnia e sudeste da Nova Inglaterra nos anos 1990, assim como em minhas experiências anteriores com organização comunitária e política de latinos vivendo em Chicago e Houston na década de 1980 – ou seja, experiências em regiões sensivelmente diferentes entre si no que se refere a padrões históricos e migratórios, bem como às concentrações relativas de latinos –, pude notar dois fenômenos interrelacionados. Ainda que, décadas atrás, fosse verdade que os mexicanos tinham apenas dois quadros nacionais de referência – o do México e o dos Estados Unidos –, hoje este não é absolutamente o caso. Em lugar de uma tal visão binária e dicotômica, para os imigrantes mexicanos nos Estados Unidos dos anos 1990 há um leque de questões, como racismo, emprego, moradia, música e casamento, que, pelo modo como se lhes apresentam, inevitavelmente põem em cena outras categorias temáticas transnacionais: “hispanófonos”, “latinos”, “hispanicos”, “os trabalhadores” ou, simplesmente, *los de abajo*, a ralé. É de questões transnacionais, e não meramente das binacionais, que se alimentam os noticiários televisivos e a vida cotidiana dos homens e mulheres latino-americanos que hoje vivem na Gringolândia.

Poucos acadêmicos nos Estados Unidos se animariam a sustentar que a migração para o país pode ser adequadamente entendida sem qualquer referência a distinções nacionais, regionais, geracionais e históricas no interior do México e, em termos mais amplos, da América Latina. Do mesmo modo, pude dar-me conta de que não faz muito sentido

falar sobre as culturas e sociedades do México e da América Latina sem qualquer referência às vidas e atividades dos milhões de pessoas que, nascidos “ao sul da fronteira” ou descendentes de quem por lá nasceu, vivem presentemente nos Estados Unidos. Seja lá o que estiver ocorrendo nos Estados Unidos quanto às “culturas” e “sociedades” latinas, decididamente não se trata de mera síntese, dilatação ou redução da “vida tradicional”, tal como vivida nos países de origem.

Parte do que estou a aqui fazer consiste em defender uma nova apreciação da importância das fronteiras e, em particular, da fronteira internacional que se estende de San Ysidro/ Tijuana, na costa do Pacífico, passando pelos estados do Arizona e Novo México, de um lado, e Sonora e Chihuahua, do outro, até Brownsville, Texas, e Matamoros, Tamaulipas, na região do Golfo do México. Há a necessidade, também, de reafirmar a importância das análises de classe social para o entendimento que fazemos das fronteiras e suas travessias, incluindo fenômenos de separação por classe que assumem a aparência e o estilo de distinções regionais. Nos quintais, cozinhas e lavanderias, institucionais ou residenciais, dos Estados Unidos, e não apenas em lugares que se supõem desprovidos de nacionalidade, como salas de reunião da diretoria de grandes corporações ou instalações turísticas, podemos aprender um bocado sobre os significados das fronteiras e das classes, e também sobre as forças que levam mulheres e homens a enfrentar diariamente, com conhecimento de causa, os perigos de possíveis encarceramentos, lesões e mesmo mortes.

Essa reafirmação da importância das questões de classe deve ser feita, contudo, sem que se perca de vista a centralidade da etnicidade e da raça, além das inquietações relativas à integridade nacional, visto que esses lemas têm ganho concretude fenomenológica em regiões de fronteira de toda a América do Norte. Deveríamos evitar extremos igualmente absurdos: nem idealizar a soberania nacional, nem trombetear o

advento de hemisférios sem fronteiras. As fronteiras dos Estados-nação não são presentemente impenetráveis, nem nunca o foram. Ao mesmo tempo, fronteiras como a que existe entre Estados Unidos e México não são meras metáforas de diferença.

Meus amigos e clientes no restaurante do *shopping* de Houston eram todos mexicanos. Todos haviam encontrado sua maneira de atravessar – individualmente, com suas famílias ou outros grupos – a linha que separa o Estado soberano do México do seu similar setentrional, os Estados Unidos. Eles não podiam ter tido, no entanto, experiências mais diversas. Possivelmente, não haveria forma de apreenderem suas travessias da fronteira como coisas mais distintas umas das outras, o mesmo valendo para as situações em que então se encontravam na Gringolândia.

Tradução: Fernando de Luiz Brito Vianna

Notas

- ¹ E-mail: gutmann@brown.edu
- ² Muitas das idéias deste artigo me vieram primeiramente à mente ao participar de um maravilhoso seminário em Zamora, Michoacán, em outubro de 1997. As atas do encontro encontram-se publicadas em *Fronteras fragmentadas: género, familia e identidades en la migración mexicana al norte* (Mummert, 1999). Minhas idéias sobre a fronteira se beneficiaram enormemente, também, de conversas permanentemente retomadas com Miguel Díaz Barriga, sempre disposto a fazer marcharem muitos de meus estranhos balões de ensaio. Agradeço igualmente a Joe Heyman e Michael Kearney por várias e pertinentes sugestões para melhorar este ensaio.
- ³ Ver também Mummert (1999).
- ⁴ Ver também Anistia Internacional (1998).
- ⁵ Estima-se que um em cada sete adultos mexicanos passe algum período de sua vida trabalhando nos Estados Unidos. Mantida a mesma proporção, o avesso hipotéti-

co dessa situação significaria 14% de cidadãos estado-unidenses passando algum período de tempo a trabalhar no México, um número ao redor de 40 milhões. É improvável que 40 milhões de estado-unidenses já tenham sequer visitado o México. Curiosamente, as implicações de que tanta gente de um país trabalhe em outro têm sido pouco estudadas. Talvez por conta, em parte, da ideologia nacionalista no México, as implicações da influência estado-unidense em todas as esferas da vida de 100 milhões de mexicanos têm sido reconhecidas desde há muito tempo, mas evitadas como tema de investigação acadêmica. Alguns dos estudos sobre culturas híbridas focalizaram manifestações nos Estados Unidos (ver, por exemplo, Davis, 1992), ao passo que, no México, o tema da hibridez geralmente conduz a questões “internas” de mestiçagem e assemelhadas. Histórias bem fundamentadas e mais matizadas da influência cultural estado-unidense sobre o México seriam bem vindas contribuições à literatura.

- ⁶ N. de T.: *Greater Mexico* no original. A expressão parece aludir a uma idéia de ligação entre os mexicanos que vivem “em casa” e os que moram nos EUA; entre as terras que hoje constituem o México e as que foram historicamente perdidas para o vizinho do norte.
- ⁷ N. de T.: “[A] *county probation officer*”, no original. Para além da esfera administrativa do condado (*county*), inexistente no Brasil, o cargo específico a que se faz menção (*probation officer*) não tem correspondente direto no sistema judiciário de nosso país.
- ⁸ O procedimento chegou às raias do verdadeiramente absurdo, quando, após uma tentativa minha de tornar certo assunto mais leve, o coordenador felicitou-me: “Vejam: nós, latinos, não somos os únicos a ter um bom senso de humor.”
- ⁹ N. de T.: *Mexican/ Mexican American*, no original.
- ¹⁰ Concederam entrevista telefônica, em 30 de abril de 1997, os seguintes funcionários do governo do estado da Califórnia: Calvin Freeman, do escritório de Saúde Multicultural; Susan Nisenbaum, da área de Pesquisa e Análise Política da Divisão de Serviços de Gestão da Informação; e Mary Heim, da unidade de Pesquisas Populacionais do Departamento de Finanças.
- ¹¹ Ver também Gutmann (2002).

Bibliografía

AMNISTÍA INTERNACIONAL

1998 *United States of America: Human Rights Concerns in the Border Region with Mexico*, Nova Iorque, Amnistía Internacional.

ANDREAS, P.

1999 “Borderless Economy, Barricaded Border”, *NACLA Report on the Americas*, Nova Iorque, 33(3):14-21.

ARIZPE, L.

1985 *Campesinado y migración*, México, D.F., Secretaría de Educación Pública.

BESSERER, F.

2000 “Sentimientos (in)apropiados de las mujeres migrantes: Hacia una nueva ciudadanía”, in BARRERA BASSOLS, D., Y OEHMICHEN BAZÁN, C. (orgs.), *Migración y relaciones de género en México*, México, D.F., Gimtrap/IIA/UNAM.

DAVIS, M.

1992 *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*, Nova Iorque, Vintage.

DUNN, T.

1996 *The Militarization of the U.S.-Mexico Border, 1978-1992: Low Intensity Conflict Doctrine Comes Home*, Austin, Texas, University of Texas Press.

ESCHBACH, K.; HAGAN, J.; Y RODRIGUEZ, N.

2001 *Causes and Trends in Migrants Deaths along the U.S.-Mexico Border, 1985-1998*, Houston, Texas, Center for Immigration Research, University of Houston.

GAMIO, M.

1916 [1982] “El metalismo yanqui y el mexicano”, in GAMIO, M., *Forjando patria*, México, D.F., Porrúa.

GUTMANN, M.

2002 “Etnicidad, alcohol y aculturación”, *Alteridades*, México, D.F. 12:19-34.

- 2004 "Dystopian Travels in Gringolandia: Engendering Ethnicity among Mexican Migrants to the United States", *Ethnicities*, 4(4): 477-500.
- 2008 *El romance de la democracia: Rebeldía sumisa en el México contemporáneo*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- HEYMAN, J.
- 1995 "Putting Power in the Anthropology of Bureaucracy: The Immigration and Naturalization Service at the Mexico-United States Border", *Current Anthropology*, 6(2): 161-187.
- 2001 "Class and Classification at the U.S.-Mexico Border", *Human Organization*, 60(2): 128-140.
- KEARNEY, M.
- 1995 "The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism", *Annual Review of Anthropology*, 24: 547-565.
- MARTIN, E.
- 1994 *Flexible Bodies: Tracking Immunity in American Culture – From the Days of Polio to the Age of AIDS*, Boston, Beacon.
- MITCHELL, T.
- 1998 "Nationalism, Imperialism, Economism: A Comment on Habermas", *Public Culture*, 10(2): 417-424.
- MUMMERT, G. (org.)
- 1999 *Fronteras fragmentadas: Género, familia e identidades en la migración mexicana al norte*, Zamora, México, El Colegio de Michoacán.
- ONG, A.
- 1999 *Flexible Citizenship: The Cultural Logic of Transnationality*, Durham, North Carolina, Duke University Press.
- PEÑA, G.
- 1999 "Territorio y ciudadanía étnica en la Nación Globalizada", *Desacatos*, 1: 13-27.

SCHEPER-HUGHES, N.; LOCK, M.

1987 "The Mindful Body: A Prolegomenon to Future Work in Medical Anthropology", *Medical Anthropology Quarterly*, vol. 1(1): 6-41.

STOLCKE, V.

1995 "Talking Cultures: New Boundaries, New Rhetorics of Exclusion in Europe" (with commentaries), *Current Anthropology*, vol. 36(1): 1-24.

WIMMER, A., GLICK SCHILLER, N.

2003 "Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology", *International Migration Review*, 37(3): 576-610.

ABSTRACT: For tens of thousands of men and women from Latin America, mestizos and *indígenas*, young and not-so-young, indeed, crossing the international border into the United States in the twenty-first century still amounts to invading, individually and in small groups, a foreign territory. The border is long, and there are millions of *compatriotas* and *familiares* waiting on "the other side". For some, the border is merely an imaginary line that marks the boundary between two countries, but for the majority who attempt to cross the boundary, "the border" is just as dangerous as it might seem to some to be culturally transgressive.

KEY-WORDS: United States-Mexico border, Diasporas, class and ethnic identities, transborder cultures.

Recebido em julho de 2008. Aceito em novembro de 2008.